



Táticas de preservação cultural da comunidade nipo-brasileira de Registro no processo de nacionalização do ensino primário durante o Estado Novo

SELMA DE ARAUJO TORRES OMURO (*)

O presente trabalho apresenta um aspecto específico da pesquisa “A escolarização da comunidade nipo-brasileira de Registro/SP – 1913 a 1963”. Trata-se de estudo na área de História da Educação e aborda a criação e o fechamento de escolas japonesas em área de imigração na região do Vale do Ribeira, sudeste do Estado de São Paulo, no contexto da Primeira República e do Estado Novo. Também trata do impacto causado pelo fechamento dessas escolas no processo de inserção da comunidade imigrante local na sociedade regional e nacional, nos anos posteriores. O recorte aqui selecionado foca as formas de resistência da comunidade nipo-brasileira de Registro à política de nacionalização centralizadora, autoritária e excludente, que visava a uniformização, a padronização cultural sem considerar a pluralidade cultural existente num país de dimensões continentais cuja população foi formada por diferentes etnias.

Para o desenvolvimento dessa temática utilizou-se documentos da educação pública paulista (Relatórios da Delegacia de Ensino de Santos dos anos de 1939 e 1940) e depoimentos de história oral (entrevistas semi-estruturadas com 14 pessoas da comunidade nipo-brasileira de Registro). A análise dessas fontes contou com o referencial teórico e metodológico de autores como Alberti (2000 e 2005), Bittencourt (1990), Certeau (2012), Marson (1994), Pollack (1998).

De acordo com os estudos realizados levantou-se que, para o atendimento à demanda de escolarização do núcleo colonial de Registro foram criadas, a partir de 1920, pela comunidade nipo-brasileira e pelo governo estadual paulista, diferentes tipos de escolas: particulares, públicas e confessionais. Tais escolas desde seu início deveriam estar submetidas às normas estabelecidas pelo governo estadual paulista e, posteriormente, pelo governo federal. Vivia-se, então, um contexto de expansão e nacionalização do ensino, visando a implantação de um modelo unificado de escola primária voltada para a formação da cidadania nacional. Ao longo dos anos 1910 e 1930, o governo estadual paulista e o governo federal foram regulamentando e restringindo a ação das escolas estrangeiras até que, finalmente, estas escolas foram proibidas nas zonas de imigração por meio do Decreto Federal nº 3010 de 1938. Considerou-se que o conjunto de medidas adotadas para coibir o funcionamento dessas

(*) PUC-SP – Doutora em Educação: História, Política, Sociedade - CAPES

escolas, bem como outras medidas que passaram a restringir a imigração configuraram-se como um¹a *estratégia* de ação no sentido definido por Certeau (2012):

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (Certeau, 2012, p. 93)

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) decreto nº 3010/1938 determinou o fechamento de cerca de 700 escolas em todo país, sendo 284 no estado de São Paulo. Em algumas localidades paulistas o fechamento de escolas japonesas causou reações negativas, levando à criação de escolas clandestinas e acirrando situações de preconceito racial que se tornaram cada vez mais frequentes tendo em vista o contexto de nacionalismo extremado que culminou na deflagração da Segunda Guerra Mundial. Com a entrada do Brasil no grande conflito internacional, contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) tornou mais difícil a situação dos imigrantes oriundos dos países inimigos, que tiveram uma série de restrições em suas liberdades políticas civis.

Entretanto todas essas dificuldades têm sido minimizadas na memória da comunidade nipo-brasileira de Registro. Admite-se que a comunidade passou por momentos de tensão e violência, mas vinculam-se estes momentos difíceis apenas ao contexto da Guerra. O próprio fechamento das escolas, que foi anterior, é explicado em função do grande conflito internacional.

1

Da mesma forma, as autoridades do ensino paulista na região também minimizam a reação da comunidade nipo-brasileira de Registro ao fechamento das escolas. Conforme os Relatórios da Delegacia de Ensino de Santos, repartição estadual responsável pela educação de região do Vale do Ribeira, naquela ocasião foram fechadas dezoito escolas japonesas, sendo seis delas no Núcleo Colonial de Registro. Segundo o Professor Luiz Damasco Penna, delegado de ensino de Santos, o processo de fechamento dessas escolas foi tranqüilo. Seu relato pode ser considerado uma versão oficial que desconsidera a existência de conflitos locais:

Há, entretanto, uma espécie de fechamento definitivo que pede comentários: o das escolas estrangeiras da zona rural, em face dos dispositivos do Decreto Federal nº 3.010, de 20.08.1938.

Felicitemo-nos pela previsão com que encaramos, sempre, a possibilidade de uma legislação que fechasse as escolas particulares mantidas por estrangeiros e pelo o animo com que, desde o início de nossos trabalhos na região, enfrentamos o problema da localização das escolas brasileiras na zona de imigração.

Tudo já foi dito e redito. Mas vale recordar ainda. Tendo encontrado escolas estrangeiras, fomos aos poucos transformando essas escolas em brasileiras, a tal ponto que, pelo seu fechamento, já eram elas em verdade simples cursos de língua japonesa funcionando dentro de escolas estaduais. O fechamento, verificado rigorosamente dentro do prazo estabelecido pela lei nacional, sem qualquer atrito e, o que mais vale, sem qualquer prejuízo para a população infantil, antes com lucro, do ponto de vista nacional. Não interessam mais comentários sobre a conveniência ou inconveniência da manutenção do aparelho escolar organizado pelos imigrantes. Interessa, entretanto e muito, conhecer em que situação escolar ficaram os núcleos de imigração. Diga-se desde já que, si não havia núcleos de imigração sem escola brasileira, eram freqüentes os núcleos sem escola japonesa, como Tiatan, em Iguape, Quilombo, em Jacupiranga, Mamparra em Xiririca, Bairro Santo em Prainha e tantos outros, uns que nunca tiveram escola particular, outros em que as escolas particulares foram se fechando à medida em que se instalavam as escolas estaduais: já expuzemos uma vês a nossa opinião de que havia a tendência, apenas esboçada mas crescente, do fechamento das escolas particulares estrangeiras, pelo menos na zona de nossa administração. Os esforços dos colonos se foram decisivamente dirigindo para a instalação e manutenção de escolas estaduais, o que está provado pelo crescimento do numero de edificações escolares e residências gratuitamente cedidas ao Estado. Um único núcleo em toda a região, Manga Larga, em Xiririca, tinha escola particular (com um professor japonês e outro brasileiro) sem ter escola estadual. E ainda não tem nem precisa ter escola estadual, uma vês que as crianças estão frequentando o G. E. de Taquarussú, próximo. (...)

A colaboração da colônia japonesa, a despeito do fechamento de suas escolas, continua ser a mesma, franca e inteligente: ainda este ano, em maio, recebemos excelente prédio de duas salas, no Bº Quilombo, em Jacupiranga. (Santos, 1939, p. 74-77) (grifo nosso)

Nesta versão do processo de nacionalização do ensino podem-se identificar três pontos fundamentais que afirmam as relações harmoniosas entre a colônia japonesa local e as autoridades educacionais:

1) o fechamento das escolas japonesas ocorreu dentro das determinações legais sem qualquer conflito com a colônia e sem qualquer prejuízo para os alunos da região;

2) houve um encaminhamento adequado do processo de nacionalização do ensino pelo Delegado Penna, na gestão da Delegacia de Ensino de Santos, entre 1932 e 1943: ao longo desse período a administração regional de ensino procurou ampliar a oferta do ensino primário estadual e, em especial, a criação de Grupos Escolares, de forma a atender a demanda de escolarização dos imigrantes e reduzir a importância das escolas japonesas, que foram se tornando simples cursos de língua japonesa;

3) a política de expansão do ensino público estadual contou com apoio pleno da colônia japonesa que sempre colaborou com a cessão de prédios para o funcionamento das escolas e para moradia dos professores estaduais.

Os estudos de Takeuchi (2002 e 2010) e Shibata (1997) sobre a situação das comunidades nipo-brasileira durante o período em foco, não mencionam qualquer conflito na região do Vale do Ribeira. Porém é possível questionar essa interpretação segundo a qual o fechamento das escolas japonesas em Registro teria transcorrido de tão forma tranqüila sem qualquer resistência da população nipo-brasileira. Considera-se que, não obstante a inexistência de conflitos explícitos, não seria possível que uma comunidade étnica tão bem estruturada abrisse mão de manter sua identidade e seus princípios educacionais de forma tão passiva. Nesse sentido a pesquisa buscou identificar as *táticas* de defesa desenvolvidas na

localidade para assegurar a continuidade do estudo da língua e da cultura japonesa. Para tanto consideramos a definição de tática proposta por Certeau (2012).

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é um movimento “dentro do campo do inimigo”, [...], e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lança por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Em suma, a tática é a arte do fraco. (Certeau, 2012, p. 94-95)

Aprofundando a análise dos relatórios da Delegacia de Ensino de Santos, pode se verificar que a reação da comunidade nipo-brasileira não era de total passividade. No Relatório do ano de 1940, o Delegado Penna admite, finalmente, a possibilidade de que a comunidade japonesa local continuasse mantendo o ensino doméstico:

Haverá ensino doméstico? E mais do que provável que haja.

A Delegacia não tem elementos legais para agir, a qualquer hora, em qualquer lugar, dentro inclusive de domicílios. Quando lhe forem fornecidos esses elementos, agira, sem discutir: - eu estou certo de que Vossa Senhoria assim acreditara. Haverá sempre, seria inconcebível que não houvesse, este ou aquele pai que pretenda ensinar sua língua ao filho. Parece-me que o Decreto 3.010 cuida apenas de escola, silenciando sobre o ensino dado no lar, pelo próprio pai. Mesmo assim, si Vossa Senhoria entender acertado, e me fizer as indispensáveis determinações sobre o assunto, procurarei fazer inspecionar esse aspecto da questão, no qual não tenho agido, por me julgar incompetente. (Santos, 1941, p. 72)

Chama a atenção no texto do Delegado Penna a sua ponderação em relação à existência do ensino doméstico: este seria praticamente inevitável. Mas considera que a fiscalização do ensino doméstico não seria alvo de sua ação. Nesse sentido, pode-se inferir que o dirigente de ensino regional adotou uma postura moderada que não insuflou os ânimos da comunidade japonesa local, diferentemente do que ocorreu no interior do estado de São Paulo, onde, conforme Shibata (1997), se desenvolveu um sentimento de indignação e opressão que levou a formas mais explícitas de resistência ao fechamento das escolas.

No núcleo colonial de Registro os depoimentos coletados entre os senhores e senhoras nisseis revelaram a existência de táticas diversas para a manutenção do ensino da língua e cultura japonesa na região, que não passavam pela manutenção de escolas clandestinas, mas sim, pelo ensino doméstico:

O Sr. M. Ma (nissei, nascido em 1921), já havia concluído a ensino primário e complementar antes de 1938 e não sentiu o impacto do fechamento das escolas/cursos de língua japonesa, mas contou que sua irmã foi professora particular de japonês dos filhos de um alto funcionário de empresa japonesa, que morava em Santos:

SO – E quando fechou a escola japonesa, como foi a reação da colônia? Os pais ficaram preocupados?

MMa – Acho que ficou todo mundo preocupado.

SO – Mas aí... por exemplo, seus irmão que tiveram que ir para a escola brasileira, eles tiveram algum problema na escola brasileira?

MMa – Não.

SO – Mas, com certeza, os pais que queriam que continuassem estudando japonês, não?

MMa – É. Muitas pessoas queriam.

SO – E será que o pessoal estudava escondido?

MMa – Estudava.

(...)

MMa – Então eu vou contar um caso.

(...)

MMa - Lá em Santos, tinha uma família, Mizukani, ele era do... Veio indicado pelo Mitsubshi, da Tozan... Veio como administrador geral da Tozan, uma firma japonesa. Então, a primeira residência foi em Santos. Então na época ele tinha 3 meninos. Mas intenção dele não era ficar definitivo aqui no Brasil. Algum tempo ele tinha que voltar para o Japão porque ele veio enviado pela Mitsubshi e não sabia quando o Mitsubshi ia chamar ele de volta. Aí, 1938, fecharam as escolas japonesas. Agora, o Sr. Mizukani, a intenção dele era voltar mesmo, então os filhos tinham que estudar japonês. Se voltassem para o Japão, o filho não sabe falar japonês, nem escrever, nada, ia passar muita dificuldade, como é que ia fazer? Então, ele se dava muito com meu pai, meu pai ia sempre pra São Paulo, passava em Santos. De vez em quando encontrava com meu pai, e conversava com ele; então “se” Mizukani sabia que minha irmã já tinha formado no curso primário na escola japonesa, o 6º ano do japonês e formado no Grupo Escolar no 4º ano; então falou para o meu pai mandar minha irmã lá, para conversar, pelo menos conversar com os filhos só em japonês, que não falasse em português. Português, ia na escola, saía na rua, encontrava com brasileiro e conversava, mas em casa é para conversar só em japonês. Aí minha irmã foi lá, ficou 3 anos, conviveu junto com eles. Depois final de dezembro de 1941, estourou a Segunda Guerra Mundial e ele teve que voltar para o Japão. Aí ele voltou, levou os 3 meninos. Os filhos que aqui não frequentaram a escola japonesa nem um dia. Foi lá no Japão, o filho caçula dele matriculou-se... Naquela época tinha 6 universidades em Tóquio, uma das melhores, particular, Toquio Dainabra, Universidade de Tóquio, ele matriculou e passou. Saiu na Revista de Base Ball Magazine, Mario Mizukani, natural de Santos....

Obviamente, trata-se de um caso especial, não se poderia esperar que as leis brasileiras pudessem interferir na educação domiciliar realizada na casa de um alto funcionário de uma companhia japonesa instalada legalmente no Brasil. Entretanto não deixa de ser curioso saber que uma jovem nissei que estudou na Escola Japonesa do Bairro 2 (Campo de Experiência) tenha contribuído na formação de jovens universitários japoneses.

A Sra. H. Y. (nissei, nascida em 1933) que atingiu a idade escolar (7 anos) no período em que as escolas japonesas já estavam proibidas, contou que se alfabetizou na língua japonesa em casa. Relatou também que havia muita vigilância da polícia sobre a população local:

SO – E ler e escrever em japonês, a sra. aprendeu?

*HY – Aprendi em casa. Por que a hora que... Quando eu cheguei na idade de ir na escola japonesa, que era lá em cima, lá no estádio... E aí já tinha fechado tudo... E estava já cheio de soldado aqui em Registro. Encheu de soldado. [...] **Então a gente aprendia japonês aqui em casa. Meu pai tinha as cartilhas. Então, na época da Guerra, era assim: tudo escondidinho.***

SO – Não teve professor particular de japonês?

*HY – Se eles soubessem, ia preso o professor. Nem podia. Se eles soubessem... E cidade pequena, alguém sabe... Cidade pequena, você fala é professor particular... Alguém conta. **Então cada pai ensinava o filho. Tudo em casa.** (grifo nosso)*

O mesmo ocorreu o Sr. Kz. N. (nissei, nascido em 1928), quando atingiu a idade para frequentar a escola japonesa (10 anos), a mesma já tinha sido proibida; ele também aprendeu japonês com o pai. Lembra-se também que mesmo depois do fechamento da escola japonesa seu pai fazia reunião com os jovens do bairro para divulgar os valores da educação japonesa e nessas reuniões ensinava o Kyoiku Chokugo.

Sobre aulas particulares de japonês com professores da comunidade obteve-se dois depoimentos. Os entrevistados contaram que na infância haviam frequentado aulas particulares de japonês, mas sem confirmar a época em que isso ocorreu, ou seja, que estudaram japonês na época em que o ensino dessa língua era proibido. Entretanto, no caso do Sr. K.O. (nissei, nascido em 1929), considerando algumas datas de sua vida (o ano de ingresso na escola, período em que morou no bairro de Manga Larga e sua mudança para o centro de Registro) tudo leva a crer que as aulas de japonês que ele frequentava, à noite, com sua irmã, na casa do Sr. F., ocorrerem na época em que o ensino da língua japonesa era proibido. Trata-se também de um caso muito interessante, pois o caso ilustra bem os riscos que as crianças enfrentavam para frequentar ensino clandestino:

SO – E do ensino de japonês... Então o Sr. disse que, na verdade, quando o que o Sr. começou a estudar logo a escola japonesa foi proibida, então o Sr. foi estudar na

escola estadual, fez [o grupo escolar] Taquaruçu e [o grupo escolar] Francisco Manuel? Aí o Sr. foi aprender japonês particular?

KO – Particular

SO – Com o Sr. I.?

KO – É, com o Sr. I., mas isso em 1939, enquanto freqüentava (a escola) Manga Larga. Depois teve uma época que eu ia, à noite, com minha irmã, distância de quase dois quilômetros de casa, com lampião de querosene na mão, ia estudar japonês na casa do Sr. F. era leitor leigo da Igreja de Manga Larga. O Sr. I., também, era leitor leigo, eram os dois. Então eu ia, à noite, não sei se era toda a noite, eu ia com a minha irmã, a R., enfrentando quase dois quilômetros de distância, à noite.

SO – Nossa! E o Sr. tinha quantos anos, nessa época?

KO – Em 1940, eu tinha 11 anos?

SO – E a sua irmã, era mais velha?

KO - Não era mais nova. Me lembro muito bem uma noite em que eu vi bicho no meio da estrada, que eu suponho que tenha sido um tamanduá. Ele ficou de pé no meio da estrada. Era noite de chuva então eu estava com o guarda-chuva aberto, com o guarda-chuva aberto apontado ao bicho, com o lampião na outra mão e minha irmã atrás, rodeei o bicho, atravessei e daí fomos embora.

SO – Nossa, deve ter passado um medo!

KO – É, mas não sei... Eu acho que era bastante corajoso na época...

SO – E também tinha aquela responsabilidade de estar com a irmã, de parecer forte...

KO – É.

SO – Mas ia à noite porque era proibido (estudar japonês) nessa época, não era?

KO – Eu acho que sim, né... Ou talvez porque o Sr. Fukazawa tinha sua função no trabalho dele, não tivesse tempo de dar aula durante o dia... Era agricultor, então, tinha que cuidar da lavoura...

Outro caso bem interessante é o da Sra. Y. Se. (nissei nascida em 1933). Esta senhora contou que teve aulas particulares de japonês após o término da Segunda Guerra, quando não era mais proibido estudar e falar japonês, mas ainda assim, frequentava o curso clandestinamente, porque ainda havia muito preconceito:

SO – Agora, essa época em que a senhora estudou japonês aqui em [Raposa]...

Y Se – Com uma família?

SO – Isso.

Y Se – A família O. Eu estudei com a família O. (...)

SO – E lá também, usava livro japonês?

Y Se – Usava. Mas para ir para até a casa dele tinha dois quilômetros. Naquela época não existia plástico assim. Então a gente embrulhava (o livro) no jornal e ia. Porque era duas vezes por mês. Aí na volta, voltava com esse embrulho de jornal. Na outra vez, a gente ensacava dentro de um saco branco, que fazia compra. Hoje a gente usa essas coisas (sacos plásticos), mas a gente, antigamente, usava o saco branco, então colocava dentro do saco para não aparecer muito para os brasileiros. Mas também não tinha muitas famílias brasileiras lá e eles eram muito bonzinhos, porque trabalhavam com as famílias japonesas. Se eles fizessem mal para a gente eles também não iam ter serviço. Então eles eram muito bons. Mas sempre falava... a criança falava para a gente: “Eh, “japonesada”, porque não voltam para o Japão”, “Os seus parentes estão todos derrotados, lá”. Falavam assim para a gente... Então a gente tinha medo. Então a gente andava assim. Ai outra vez... Antigamente, o açúcar era um pacote de 5 quilos. Então a gente enfiava o caderno dentro do pacote, e ia assim... (simula segurar o material escolar perto do peito)

SO – Com medo?

Y Se – É. Com medo.

(...)

SO – E aquela história assim, parece que foi mais no interior ou na época da escola japonesa, que se fazia a comemoração do aniversário do Imperador aqui no Brasil. A senhora não pegou essa época, não é?

Y Se – Não. Depois que eu comecei a estudar japonês na casa da família O., ele fazia. Assim, não festa. Ele ensinou a cantar hino nacional do Japão, a gente cantava hino nacional brasileiro em japonês e... No começo do ano. Cantava o hino no começo do ano, para agradecer ao ano que entrou. Ele sempre deu essa aula. E todo dia, toda vez que a gente ia estudar, como já era depois da Guerra, ele tinha um quadro do Imperador do Japão. Ele mandava passar ali, na sala onde tinha o quadro, a gente tinha que passar lá e agradecer ele para começar a aula.

Ainda que esses fatos tenham ocorrido posteriormente à Guerra eles ilustram um pouco o clima do período e o interesse das famílias japonesas em continuar preservando sua cultura. A permanência do culto ao imperador nesse curso também parece indicar a que havia no núcleo colonial de Registro de grupos japoneses mais tradicionais que pudessem simpatizar com o movimento Shindo Remmei.

Outra tática para dar continuidade à educação japonesa, segundo a Sra. H. Y. (nisei nascida em 1933) foi enviar os filhos para estudar no Japão. Como não havia níveis de ensino mais adiantados na colônia e, a grande maioria dos imigrantes pretendia retornar ao Japão, mesmo antes da proibição das escolas, algumas famílias encaminharam seus filhos para morarem com os parentes e estudarem na pátria mãe:

Sra. H. Y. – [...] Saia do grupo escolar, com 11, 12, 13 anos e não tinha escola aqui. E não era todo mundo que podia mandar para São Paulo. Estudar em São Paulo. Naquela época, dizem que era assim: tanto você mandar um filho para estudar em São Paulo quanto mandar para o Japão gastava o mesmo. Então eles preferiam mandar para Japão, já que iam para lá. Então os filhos saíam do primário e ficavam à toa aqui, sem estudo, porque não podiam mandar para São Paulo. Eu tenho uma cunhada, única irmã do meu marido, está no Japão, morreu lá, foi antes da Guerra. Então que os pais faziam: o filho está com 12, 13 anos, está sem estudo, nós vamos para o Japão, não tinha começado a Guerra, era 1937-38, então vai você primeiro, tem parente lá. Fica na casa do tio e continua o estudo lá. Tem bastante gente que mandou dois filhos, três filhos antes. Saíram da escola primária: “Você vai para o Japão primeiro”, mandava. O tio tomava conta, mandava para a escola. “Mais alguns anos, nós vamos também voltar”. Mas entrou a Guerra, quem ficou, ficou; quem foi para o Japão ficou lá. Aí não tinha mais contato. E ficou assim bastante tempo. A irmã do marido, única filha, entre sete irmãos, a única filha, estava com 14 anos, foi para o Japão primeiro, ficou com o tio, veio a Guerra e chegou naquela idade de casar, já casa e não vem. Depois os que ficaram aqui não queriam mais voltar, porque o Japão perdeu, ficou tudo... Aquela guerra, bomba atômica... Não sei o quê... O Japão também ficou ruim... Que é que adiantava voltar. Então quem ficou, ficou... e as filhas que estavam para lá, casaram, porque chegou a idade de casar, quase dez anos separados, e algumas que estavam... acabou a Guerra... Muita gente foi buscar a filhas, viu? A turma do H., lá de Sete Barras, tinha três filhas lá, sabe? “Seo” K., também. Então quem tinha filhas lá que não ainda estavam casadas depois da Guerra foram buscar e trouxeram para cá. As que estavam casadas ficaram lá. E os que ficaram aqui não foram para o Japão, porque o Japão estava ruim.

Tais relatos demonstram que a educação japonesa sempre foi uma preocupação dos colonos. E mesmo quando apresentavam uma postura de colaboração com as autoridades educacionais locais isto não significava que estavam dispensando suas tradições educacionais. A maioria dos relatos indica que comunidade local adotou a tática de manter o ensino doméstico, sem o enfrentamento direto com as autoridades locais. O prosseguimento da pesquisa também indicou que, após o contexto de nacionalismo extremo dos anos 1930 e 1940, a comunidade nipo-brasileira de Registro retomou suas atividades culturais por meio de associações culturais, esportivas e religiosas de tal que conseguiu preservar as marcas de sua

história e cultura e, ao mesmo tempo, se integrar na sociedade brasileira numa perspectiva multicultural.

Referências Bibliográficas:

(*) PUC-SP, Doutora em Educação: História, Política, Sociedade, CAPES

ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria e FERREIRA, Marieta (orgs.) **História oral: desafios para o século XXI**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, p. 155-202, 2005

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. (vol 1). Petrópolis: Vozes, 2012

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos (org.). **Repensando a História**, Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 37-64, 1994

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1998, p.3-15.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, M^a Helena; COSTA, Vanda M^a. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2000

SHIBATA, Hiromi. **As escolas japonesas paulistas (1915-1945): A afirmação de uma identidade étnica**. Dissertação de mestrado em Educação. São Paulo: USP, 1997

TAKEUCHI, M. Y. **O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1954)**, São Paulo: Humanitas. 2008

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de Guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado (Inventário Deops, Módulo III: japoneses). 2002

Fontes escritas

SANTOS, Relatório da Delegacia de Ensino. Santos: Delegacia de Ensino, 1936, 1937, 1939, 1940, 1941, 1943. Versão digital disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/instrucao.php>. Acesso em 30/10/2012

